

# Formação de professores e de gestores pedagógicos para as escolas cívico-militares

*Training of teachers and pedagogical managers for military civic schools*

 Edna Mara Corrêa Miranda \*

Recebido em: 16 jan. 2021  
Aprovado em: 22 dez. 2021

**Resumo:** Este estudo analisa a proposta de formação de professores e de gestores pedagógicos das escolas cívico-militares implantadas no ano de 2020, por meio de análise dos documentos do Programa das Escolas Cívico-Militares: Decreto nº 10.004/2019 e Portaria nº 2.015/2019. Este trabalho é fundamentado na Pedagogia Histórico-crítica e na Teoria Crítica de Educação e de Currículo. Realizamos revisão bibliográfica para contextualizar e situar historicamente as reformas educacionais implementadas no Brasil, dentre elas, a militarização das escolas públicas e as políticas de formação de professores. Foi possível verificar que a consolidação da nova Base Nacional Comum para formação dos professores (BNCFP) da educação básica está alinhada às políticas neoliberais lideradas pelos organismos internacionais. Os documentos normatizadores das escolas cívico-militares falam sobre formação e capacitação, entretanto, nenhuma proposta curricular foi apresentada até o momento. O portal do MEC dispõe de informações evasivas, não deixa claro como os tempos e espaços para essa formação foram pensados e organizados.

**Palavras-chave:** Escolas cívico-militares. Formação de professores e de gestores. Currículo.

**Abstract:** This study analyzes the proposal for training teachers and pedagogical managers of civic-military schools implemented in 2020, through the analysis of the documents of the Civic-Military Schools Program: Decree no 10.004 / 2019 and Ordinance no 2.015 / 2019. This work is based on Historical-Critical Pedagogy and Critical Theory of Education and Curriculum. We carried out a bibliographic review to contextualize and historically situate the educational reforms implemented in Brazil, including the militarization of public schools and teacher training policies. It was possible to verify that the consolidation of the new Common National Base for teacher training (BNCFP) of basic education is in line with neoliberal policies led by international organizations. The normative documents of the civic-military schools talk about training and qualification, however, no curriculum proposal has been presented so far. The MEC portal has evasive information, it is not clear how the times and spaces for this training were thought and organized.

**Keywords:** Civic-Military Schools. Training of teachers and managers. Curriculum.

---

\* Edna Mara Corrêa Miranda é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação/ Mestrado Profissional da Universidade de Brasília - UnB. Membro do Grupo de Pesquisa: Currículo e Processo Formativo- Inovação e Interdisciplinaridade. Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF. Contato: edna.mara1@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5391644040342894>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9268-4395>.

## Introdução

As mudanças recentes nas políticas educacionais, sobretudo após 2016, ampliam o processo de precarização da educação pública movida pelo interesse do mercado. A sociedade requer a formação de um novo tipo de trabalhador, e o mercado exige uma mão de obra mais flexível, tecnológica, que se adapte às suas necessidades. Nesse contexto, em 2019, o governo federal inicia o projeto de militarização das escolas públicas. O discurso que se apresenta é o de que as escolas cívico-militares serão pautadas no modelo dos colégios militares, ofertando uma educação ajustada na disciplina, na hierarquia, na obediência e no civismo.

Para Freitas (2018), os professores foram os profissionais mais afetados pelas mudanças trazidas pelas reformas educacionais dos últimos anos, há uma separação entre os que concebem a educação e os que a praticam. Após elaboradas por “pesquisadores da educação” (muitas vezes de outros países), estas políticas (distantes da realidade docente) são colocadas em prática pelos próprios professores, que têm de dar conta de executar (com qualidade) tais ações. Como consequência, tem-se professores expropriados de sua autonomia e distantes das políticas que direcionam o seu cotidiano docente.

[...] como toda profissão, o magistério é um ato político porque se realiza no contexto das relações sociais onde se manifestam os interesses das classes sociais. O compromisso ético-político é uma tomada de posição frente aos interesses sociais em jogo na sociedade (LIBÂNEO, 1994, p. 47).

O foco deste estudo é a formação de professores e de gestores para as escolas cívico-militares, implantadas no ano de 2020 pelos estados que aderiram à proposta do governo federal (somam-se 54 escolas). Diante disso, realizou-se análise dos documentos oficiais do Programa das Escolas Cívico-Militares: Decreto nº 10.004/2019 (BRASIL, 2019a) e Portaria nº 2.015/2019 (BRASIL, 2019b). A partir da formação docente declarada nesses documentos, realizou-se revisão bibliográfica para contextualizar e situar historicamente as reformas educacionais implementadas a passos largos no Brasil, dentre elas, a militarização das escolas públicas e as políticas de formação de professores que se alinham ao panorama neoliberal. Para sustentar a argumentação, algumas passagens do texto revelam as práticas de escolas já militarizadas que trazem à tona as contradições entre o que se propõe e o que é concretizado.

O professor, enquanto alguém que, de certa forma, apreendeu as relações sociais de forma sintética, é aquele que pode viabilizar essa apreensão por parte dos alunos, realizando a mediação entre o aluno e o conhecimento que se desenvolveu socialmente. A escola é

compreendida com base no desenvolvimento histórico da sociedade, a educação é um processo de criação e recriação de conhecimentos onde professor e aluno são sujeitos do processo ensino-aprendizagem (SAVIANI, 2011).

O tópico a seguir faz uma breve contextualização da consolidação no Brasil das políticas neoliberais, sobretudo a partir da década de 1990, que culminou na adesão do país aos organismos internacionais que estão à frente das reformas educacionais. Não é possível falar de qualquer temática, especialmente de natureza educacional, sem situar historicamente as condições e contradições em que os sujeitos estão envolvidos.

### 1. Contextualização da problematização: as políticas neoliberais de educação no Brasil e o projeto de militarização das escolas públicas

No Brasil, a transição entre os séculos XX e XXI aconteceu em meio ao processo de (re)democratização após 21 anos de ditadura militar, marcado pelo ideal de cidadania e pela responsabilização do Estado frente à garantia de direitos sociais básicos e pela elaboração da nova Constituição Federal (BRASIL, 1988). No ano de 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Educação para todos<sup>1</sup>, sob a liderança do Banco Mundial e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Dessa conferência saiu um importante documento – Declaração Mundial da Conferência de Jomtien.

Relembrando que a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro; [...] Reconhecendo a necessidade de proporcionar às gerações presentes e futuras uma visão abrangente de educação básica e um renovado compromisso a favor dela, para enfrentar a amplitude e a complexidade do desafio, proclamamos a seguinte Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem (UNICEF, 1990, p. 2-3).

Como resultado, no Brasil, surgiu o primeiro documento oficial – o Plano Decenal de Educação para Todos<sup>2</sup> (1993-2003), elaborado no Governo Itamar Franco. Seu conteúdo esteve presente nas políticas e diretrizes para a educação dos governos que o sucederam. Dentre estas políticas destacam-se a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96), a universalização do acesso escolar, os Parâmetros Curriculares Nacionais, o financiamento e repasse de recursos financeiros, a descentralização da gestão, o ensino à distância, o sistema nacional de avaliação, as políticas do livro didático, sendo estes os principais documentos norteadores das políticas educacionais para o século XXI.

Tem início, assim, no Brasil, a elaboração de políticas públicas para a educação na perspectiva neoliberal que ganha força após 2016, quando se instaurou largamente a política neoliberal. Com a eleição de 2018,

essas políticas são ampliadas, avança o projeto de militarização das escolas públicas por meio do Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019 (instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), a Portaria nº 2.015, de 20 de novembro de 2019 (regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares) e a Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019 (definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica) e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica.

O Chefe de Estado brasileiro, defensor do militarismo<sup>3</sup>, fortalece essa conjuntura, criando as escolas cívico-militares destinadas aos alunos da classe trabalhadora. Para consolidação do projeto é necessário formar os profissionais da educação nos moldes da hierarquia e disciplinas militares. Lima (2018, p. 148) destaca que “essa prática é incompatível a um País que saiu das amarras do regime militar há pouco mais de duas décadas e que ainda luta para fortalecer sua frágil democracia”.

O próximo tópico apresenta como os organismos internacionais desde a década de 1990 têm atuado nas políticas educacionais, iniciando o que Freitas (2018) chama de reforma empresarial da educação. Dentre essas políticas, a formação de professores é peça fundamental para consolidação desse projeto, sob a liderança de organismos internacionais, sobretudo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)<sup>4</sup>.

## 2. Formação de professores no atual contexto

Para falar da formação de professores e de gestores, precisamos recorrer às prerrogativas do Banco Mundial e da OCDE, que ditam as regras para a educação desse século, pautadas na economia de mercado. Os professores assumem o protagonismo do sucesso ou do fracasso no cumprimento das metas estabelecidas pelo Educação para todos (EPT), e novos padrões de formação docente são estabelecidos, tais como, formação aligeirada, flexível e à distância, treinamento de sujeitos produtivos que atendam as demandas do mercado capitalista. A definição do termo “professor” no relatório da OCDE (2006, p. 25) é a de que “um professor é definido como uma pessoa cuja atividade profissional envolve a transmissão de conhecimentos, atitudes e habilidades determinadas para estudantes matriculados em um programa educacional”. A formação de professores passa a priorizar a capacitação em espaços escolares ou na modalidade a distância, com formação flexível e aligeirada, diminuindo, assim, os custos e resultando uma queda na qualificação, uma vez que a formação dos professores recomendada está

ajustada no modelo de habilidades e competências do ideário do aprender a aprender.

O professor deve estabelecer uma nova relação com quem está aprendendo, passar do papel de “solista” ao de “acompanhante”, tornando-se não mais alguém que transmite conhecimentos, mas aquele que ajuda os seus alunos a encontrar, organizar e gerir o saber, guiando, mas não modelando espíritos, e demonstrando grande firmeza quanto aos valores fundamentais que devem orientar toda a vida (DELORS, 2001, p. 154).

Para Saviani (2009), a preocupação sobre a formação de professores ainda não atingiu patamares satisfatórios e, no decorrer dos anos, apesar das mudanças, não lograram estabelecer um padrão minimamente consistente de preparação docente para fazer face aos problemas enfrentados pela educação escolar em nosso país. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), ao estabelecer a finalidade e os fundamentos da formação profissional, utiliza a expressão formação de *profissionais da educação* e, mais adiante, refere-se à formação de docentes. Coloca como finalidade da formação dos profissionais da educação atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase de desenvolvimento do educando.

O Relatório Educação para Todos: “Ensinar e Aprender: alcançar a qualidade para todos” (UNESCO, 2013/2014) propõe o treinamento de professores nos saberes da prática em detrimento do conhecimento elaborado. “Reina o entendimento equivocado de que o mero exercício da atividade de ensino é suficiente para autorizar e legitimar formações clandestinas, o que ao mesmo tempo contribui com a desqualificação e a desprofissionalização docente” (SILVA; BORGES, 2019, p. 143).

Segundo Brasil (2019c), a Base Nacional Comum para formação de professores (BNCFP), alinhada às perspectivas da OCDE, destina dois terços dos cursos de licenciatura para a formação das competências:

§ 5º Incluem-se nas 1.600 horas de aprofundamento desses cursos os seguintes saberes específicos: conteúdos da área, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento previstos pela BNCC e correspondentes competências e habilidades.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC), na modalidade Educação a Distância (EaD), deve apresentar para cada disciplina componente dos Grupos I e II, oferecida a distância, a fundamentação técnica que comprove a viabilidade de se desenvolver a distância as competências e habilidades previstas no componente [...] (BRASIL, 2019c, p. 9.)

A Base Nacional Comum e as Diretrizes para formação de professores (BRASIL, 2019c) estão fundamentadas nas competências docentes constituídas por três dimensões: o conhecimento, a prática e o engajamento profissional. Cury (2018, p. 118) ressalta que “a BNCC

se situa na lógica do capital e traz uma determinação curricular tecnicista, individualista e meritocrática que responsabiliza os sujeitos da escola pública pela qualidade da educação.” O professor é treinado para atuar como motivador e aplicador das metodologias de ensino para os alunos desenvolverem as competências demandadas pelo mercado. A formação docente preconizada está pautada no modelo de habilidades e competências do aprender a aprender.

O tópico a seguir apresenta análise referente à formação de professores e gestores para as escolas cívico-militares a partir do Decreto nº 10.004/2019 (BRASIL, 2019a), da Portaria nº 2.015/2019 (BRASIL, 2019b) e do Regulamento das Escolas Cívico-militares (BRASIL, 2020).

### 3. Formação de professores e de gestores das Escolas Cívico-militares

O Decreto nº 10.004/2019 (BRASIL, 2019a) traz em seu texto as seguintes referências quanto à gestão escolar, organização pedagógica e formação dos profissionais:

II - Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim - conjunto de ações direcionadas ao fomento e ao fortalecimento das Ecim a partir de modelo de gestão de excelência nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa;

VI - gestão de processos didático-pedagógicos - promoção de atividades de apoio ao processo de ensino-aprendizagem, respeitadas a autonomia das Secretarias de Educação dos entes federativos e as atribuições conferidas exclusivamente aos docentes;

V - a gestão de excelência em processos educacionais, didático-pedagógicos e administrativos;

VII - a adoção de modelo de gestão escolar baseado nos colégios militares;

CAPÍTULO 4- DAS COMPETÊNCIAS

III - capacitar os profissionais que atuarão nas Ecim.

A Portaria nº 2.015/2019 (BRASIL, 2019b) regulamenta e consolida o decreto anterior e reafirma o interesse na gestão escolar, na organização do trabalho pedagógico das escolas e na formação dos profissionais.

Art. 21. O MEC apoiará a capacitação inicial e continuada dos profissionais envolvidos no Pecim, nas modalidades presencial e a distância, por intermédio de disponibilização de conteúdos e/ou de cursos.

A portaria (BRASIL, 2019b) declara ser da competência do programa capacitar os profissionais que atuarão nessas escolas, e, ao dispor sobre essa capacitação, utiliza o termo “apoiará”, deixando brecha para o entendimento de que o Ministério da Educação (MEC) pode não ser o responsável por esta formação. O Regulamento das Escolas Cívico-militares (BRASIL, 2020) trata da

formação de professores no Título X- Do corpo Docente nos capítulos I e VII:

Art. 152. Os professores das Ecim devem possuir licenciatura plena nas disciplinas que lecionam, conforme o art. 62 da LDB e a Meta 15 do Plano Nacional da Educação.

Art. 153. As escolas que possuem professores sem licenciatura ou ministram aulas em disciplinas diferentes da sua formação devem adotar ações para promover e incentivar os docentes a buscarem essa formação inicial e continuada, sempre que possível, com flexibilização da carga horária de trabalho desses profissionais.

Art. 154. As secretarias de educação devem promover a formação inicial, continuada e a capacitação dos profissionais do magistério, utilizando-se dos programas oferecidos pela Capes, entre outros.

Art. 155. As escolas devem buscar aumentar a qualificação dos professores, por meio da formação continuada e de cursos de pós-graduação, conforme a Meta 16 do PNE.

O Regulamento (BRASIL, 2020) afirma que a formação dos profissionais é responsabilidade das escolas e das secretarias de educação, contrariando os documentos anteriores, Decreto nº 10.004/2019 (BRASIL, 2019a) e Portaria nº 2.015/2019 (BRASIL, 2019b) que dizem respectivamente: “III - capacitar os profissionais que atuarão nas Ecim; IV- apoio à capacitação dos profissionais que atuarão nas Ecim”. Cabe lembrar que a jornada de trabalho dos professores na quase totalidade das escolas brasileiras não tem espaço para coordenação pedagógica, muito menos para formação, os docentes lecionam dois, até três períodos (dependendo do município) com uma sobrecarga de tarefas. Acerca disso, Castro (2016) destaca em sua dissertação:

O subcomandante começou a perguntar a alguns profissionais se eram “cobrados além do combinado” e se a direção exigia alguma coisa a mais do que o permitido. Todas as que foram questionadas eram mulheres, que responderam negando qualquer ingerência ou injustiça, assegurando que o tal “combinado” era respeitado pela direção (a palavra “direção” não era usada em nenhuma pergunta ou comentário do subcomandante, mas os termos “a gente” e “professores” eram usados em oposição relacional. Tanto Daniele quanto Cristina foram interrompidas pelo subcomandante por não estarem sendo objetivas em suas respostas como ele pretendia que estas fossem. A coordenadora pedagógica, inclusive, foi cortada quando ressaltou a sobrecarga dos professores em final de bimestre, como se aquilo não fosse o mais relevante para entender o ponto em que o capitão queria chegar. Kátia, a secretária da escola, disse que o que havia “a mais” no colégio eram apenas “a disciplina, a ordem e a hierarquia”. (p.81)

O Regulamento (BRASIL, 2020) cita a meta 16 do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), contudo não há nenhuma política voltada para essa formação, esta é

uma das metas que provavelmente não serão atingidas: “Formar, até o último ano de vigência deste PNE, 50% dos professores que atuam na educação básica em curso de pós-graduação *stricto* ou *lato sensu* em sua área de atuação”. O cumprimento dessa meta implica o investimento financeiro na formação e qualificação dos docentes. Com certeza, haveria um salto na qualidade da educação, os docentes seriam também pesquisadores, produzindo conhecimento a partir da sua prática; o que se observa é um governo que desacredita a Ciência, sobretudo as Humanas, em especial a Filosofia e Ciências Sociais.

O presidente Jair Bolsonaro afirmou, em seu Twitter, no dia 26 de abril, que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, “estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas)”, pois a “função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta”.<sup>5</sup>

Como afirma Saviani (2011), o processo educativo consiste no ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. A proposta do atual governo se mostra exatamente contrária a essa perspectiva. O Regulamento das Escolas Cívico-militares (BRASIL, 2020) diz ainda:

Art. 172. As escolas devem realizar um Estágio de Atualização Pedagógica para os docentes, preferencialmente, antes do início do ano letivo, sob a coordenação da Divisão de Ensino.

Art. 173. O Estágio tem como objetivos o aperfeiçoamento dos docentes nas suas práticas pedagógicas e nivelar conhecimentos sobre o planejamento escolar do ano letivo que se inicia.

Art. 174. Além dos gestores e integrantes do corpo docente da escola, outros profissionais externos podem ser convidados para participar do Estágio, com oficinas, palestras, dinâmicas de grupo, entre outros.

Art. 175. No primeiro ano da adesão ao Pecim, o Estágio terá como foco a organização da escola e a preparação dos profissionais para implantação do modelo, baseado no Manual das Escolas Cívico-Militares e em todos os seus documentos.

Art. 176. O Estágio também poderá contemplar os militares em assuntos comuns de seus interesses e nas suas especificidades e atribuições, desde que não seja concomitante com o período de adaptação dos alunos.

Infere-se que a escola militarizada propiciará um espaço de formação docente para o alinhamento deste ao programa, de modo que o planejamento pedagógico seja estruturado nos patamares militares propostos. Nesse sentido, desconsidera-se o contexto socioeconômico, político e cultural dos educadores, assim como as reais necessidades impostas pela contemporaneidade para a formação do educador.

Segundo o dicionário Michaelis<sup>6</sup>, o termo “estágio” significa o “tempo dedicado à prática de uma profissão”. Ao propor o estágio como atualização pedagógica, desconsidera todo o percurso profissional de professores e gestores que já possuem formação teórico e prática provenientes tanto da formação quanto do próprio trabalho. O termo estágio suscita a ideia de tempo de experiência, como se os profissionais estivessem aprendendo a realizar suas funções. O uso equivocado do termo demonstra o desconhecimento da rotina escolar, pois capacitação, atualização e formação são momentos de aprendizado que já fazem parte do trabalho docente.

O educador é o sujeito de sua prática, cumprindo a ele criá-la e recriá-la. A formação do educador deve instrumentalizá-lo para que ele crie e recrie a sua prática através da reflexão sobre o seu cotidiano. A formação do educador deve ser constante, sistematizada, porque a prática se faz e se refaz. (FREIRE, 2005, p. 80)

De acordo com a Portaria nº 2.015/2019 (BRASIL, 2019b), Capítulo X, Art. 21: “O MEC apoiará a capacitação inicial e continuada dos profissionais envolvidos no Pecim, nas modalidades presencial e a distância, por intermédio de disponibilização de conteúdos e/ou de cursos”. Esse tipo de formação ou capacitação visa reduzir custos, resultando em uma baixa nos padrões de qualificação dos profissionais. Além disso, há o foco no desenvolvimento de “competências conceituais para o desempenho das funções de instrutoria, monitoria e apoio junto aos alunos”. O professor é formado aqui para ser um instrutor, monitor e facilitador da aprendizagem dos alunos e não o transmissor do conhecimento acumulado historicamente.

A escolarização formal deve garantir que o conhecimento científico acumulado pela humanidade seja devidamente reelaborado, discutido e repensado nas instituições educativas, alinhando a forma como o conhecimento está estruturado (currículo) à maneira que a escola se organiza metodologicamente na consolidação de suas ações (didática) e ao processo de percepção da maneira que a organização do trabalho pedagógico é colocada em prática (avaliação) (LIMA; SILVA, 2020).

A proposta inicial deste trabalho é identificar o currículo da formação de professores e gestores pedagógicos das escolas cívico-militares, no entanto, ao realizar a pesquisa, não encontramos nenhum documento oficial organizado de forma a caracterizar um currículo para esta capacitação. Utilizamos as informações obtidas no portal do MEC e da Agência Brasília sobre a capacitação realizada ainda em 2019. Entre os temas abordados nas formações (MEC)<sup>8</sup>, estão o projeto político-pedagógico, normas de conduta, avaliação e supervisão escolar, apresentação das regras de funcionamento das escolas e as atribuições de cada profissional.



Até 2020, estabelecer trilhas de formação para professores por meio de cursos à distância, com disponibilização de materiais de apoio e de recursos. A proposta é que professores que não são formados nas áreas que atuam possam receber a formação, além de qualificar melhor todos os demais profissionais.<sup>9</sup>

O portal divulgou que o Ministério da Educação<sup>10</sup> realizou a primeira capacitação do programa das Escolas Cívico-Militares em dezembro de 2019 com 170 profissionais da educação e representantes de estados e municípios em Brasília. Destaca que o treinamento abriu espaço para o aprimoramento das diretrizes do programa, pois, ao promover grupos de trabalho, o MEC permitiu que os participantes fizessem sugestões ao modelo de forma a adequar a implementação das escolas às necessidades de cada local. Chama a atenção aqui a palavra *treinamento*; os diretores e coordenadores receberam treinamento para lidar com as situações que emergirão no cotidiano, pois toda a comunidade escolar terá que se adaptar às normas e regras militares, então, deduz-se que foram treinados para atuar nas situações em que a obediência, a hierarquia e a disciplina forem desrespeitadas. Ressalte-se, aqui, que não tem disponibilizado no portal do MEC nenhuma diretriz, ementa, programa ou proposta curricular para esta formação.

Os educadores não podem ser considerados meros reprodutores, treinadores, instrutores ou monitores de habilidades e competências impostos por um mercado neoliberal. Compreendendo o currículo como condição de emancipação dos sujeitos e sua transformação individual e social, ao docente cabe articular o conhecimento científico à sua prática. A realidade em que professores e gestores atuam não pode ser desconsiderada pela formação (lembrando que não há um currículo oficial para esta formação), pois a leitura que eles fazem dessa realidade deve se valer como geradora de um currículo contextualizado às experiências vividas, às problematizações não respondidas, às violências sofridas, às desigualdades naturalizadas (SACRISTÁN, 1998).

Frigotto (1996) destaca que a formação e qualificação do educador não pode ser tratada adequadamente sem se referir à trama das relações sociais e aos embates que se travam no plano estrutural e conjuntural da sociedade. Para entender a política de formação docente, atualmente, no Brasil, é necessário compreender a política neoliberal enquanto filosofia que a orienta, que parte de uma visão economicista da educação, definindo a profissionalização do magistério como estratégica para melhoria da qualidade do ensino.

Tendo como objetivo, promover e adotar competências conceituais para o desempenho das funções de instrutoria, monitoria e apoio junto aos alunos, a formação do MEC para os professores e gestores das escolas

cívico-militares está alinhada às propostas neoliberais de educação constantes da Base Nacional Comum de formação de professores (BNCFP) da educação básica, ou seja, um professor tarefeiro, com raso conhecimento sistematizado, com habilidades e competências para treinar os estudantes.

As teorias críticas do currículo consideram que o currículo oculto “ensina, em geral, o conformismo, a obediência, o individualismo” (SILVA, 2009, p. 78) e que mantêm a ideologia dominante. Sacristán (1998) lembra que uma proposta pedagógica deve refletir o currículo e levantar questões do tipo: que objetivo se pretende atingir, o que ensinar, por que ensinar, para quem são os objetivos, como se transmite a cultura escolar, como organizar os grupos de trabalho, o tempo e o espaço, de que maneira é possível modificar a prática escolar relacionada aos temas? Em se tratando de formação de professores, essas são questões imprescindíveis para formar profissionais comprometidos com a transformação social.

Outro fator que merece destaque é que a capacitação de professores não acontece no espaço das instituições de ensino superior (universidades, centros universitários e faculdades), mas por meio de parcerias, consultorias, cursos de curta duração, onde, cada vez mais, a iniciativa privada<sup>11</sup> ocupa o espaço público e tem na figura do professor o agente disseminador das ideologias neoliberais pautadas no aprender a aprender e nas competências. É importante que docentes, gestores e demais educadores questionem o papel desses grupos privados, são eles que, atualmente, desenvolvem projetos, material didático e metodologias que são apresentados aos professores durante as formações e capacitações e estes, por sua vez, repassam aos estudantes. “Cada vez é maior o número de instâncias e redes que disputam com as instituições escolares as funções que tradicionalmente eram da escola: informar e educar no mais amplo sentido da palavra” (SANTOMÉ, 2011, p. 186).

Entendemos que o que vai garantir educação de qualidade para todos são escolas bem estruturadas e equipadas, com professores bem formados, capacitados e valorizados, ambiente democrático e com qualidade pedagógica.

## Considerações finais

O objetivo deste estudo foi analisar a formação propiciada aos professores e gestores das escolas que aderiram ao programa das escolas cívico-militares em 2020. Constatou-se que a concretização das escolas cívico-militares desafia os profissionais da educação a refletir que formação devem ter os professores e gestores para atuarem nessa nova realidade e qual aluno se quer formar. Para os defensores do programa é primordial

que gestores e docentes sejam preparados para o modelo militar, para que o processo ocorra de forma pacífica, ocultando as contradições econômicas, sociais, educacionais, culturais da realidade em que estas escolas estão inseridas.

A legitimação do projeto necessita do apoio de gestores e de educadores, e a formação desses profissionais é um elemento chave. Os documentos normatizadores das escolas cívico-militares falam sobre formação e capacitação, entretanto, nenhuma proposta curricular foi apresentada até o momento. O portal do MEC dispõe de informações evasivas, não esclarece como os tempos e espaços para essa formação foram pensados e organizados.

O quadro que ora se apresenta é a precarização da educação, sobretudo pela formação de professores e gestores escolares ocorrer sob a forma de treinamento, onde este é disciplinado, condicionado a obedecer e reproduzir esse comportamento, colocando de lado o conhecimento sistematizado historicamente, conhecimento este que daria aos educadores a condição de transformação dessa realidade. Sem conhecimento, os educadores não podem se proteger da dominação, pois não percebem que são dominados pelas regras implícitas que escondem o verdadeiro sentido dos termos facilitador, motivador e articulador que a pedagogia das competências coloca em evidência. ■

## Notas

- <sup>1</sup> Realizada em Jomtien (Tailândia/1990), denominada Conferência Mundial sobre Educação para todos com objetivo de estabelecer compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, condição insubstituível para o advento de uma sociedade mais humana e mais justa. Participaram das discussões a Unesco e a Unicef, com apoio do Banco Mundial e de várias outras organizações intergovernamentais, regionais e organizações não-governamentais (ONGs). Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/conferencia-de-jomtien/>. Acesso em: 11 dez. 2019.
- <sup>2</sup> Plano Decenal de Educação para Todos. Documento elaborado em 1993 pelo Ministério da Educação (MEC) destinado a cumprir, no período de uma década (1993 a 2003), as resoluções da Conferência Mundial de Educação Para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, pela Unesco, Unicef, PNUD e Banco Mundial. (Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/plano-decenal-de-educacao-para-todos>). Acesso em: 28 jan. 2020.
- <sup>3</sup> Militarismo é a tendência de expandir a cultura e os ideais militares a áreas fora da estrutura militar, como negócios privados, política governamental, educação e divertimento. (Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/militarismo/>). Acesso em: 27 abr. 2020.
- <sup>4</sup> A OCDE, desde 2007, é o principal organismo mundial sobre educação, coordena e trabalha para amparar os países-membros e não-membros a alcançar uma educação definida por ela como de alta qualidade e duradoura.
- <sup>5</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/26/bolsonaro-diz-que-mec-estuda-descentralizar-investimento-em-cursos-de-filosofia-e-sociologia.ghtml>. Acesso em: 28 abr. 2020.
- <sup>6</sup> Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/estagio>. Acesso em: 28 abr. 2020.
- <sup>7</sup> Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/professores-e-militares-sao-capacitados/> Acesso em 21 jan. 2020.
- <sup>8</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/51651-escolas-civico-militares>. Acesso em: 21 jan. 2020.
- <sup>9</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/51651-escolas-civico-militares>. Acesso em: 21 jan. 2020.
- <sup>10</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/51651-escolas-civico-militares>. Acesso em: 21 jan. 2020.
- <sup>11</sup> No Brasil, o movimento Todos pela Educação (um grupo de grandes empresas, das quais podemos citar: Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Instituto Natura, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Instituto Unibanco, Fundação Itaú Social, Fundação Roberto Marinho, Fundação SM e Itaú BBA) financiam cursos de formação de professores e projetos diversos em escolas públicas.

## Referências

- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 28 jan. 2020.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE). **Planejando a Próxima Década- Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**, 2014.
- BRASIL Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Edição: 173, Seção: 1, Página: 1. Publicado em 06 de setembro de 2019a.

- BRASIL. Portaria nº 2.015, de 20 de novembro de 2019. Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2020, para consolidar o modelo de Escola Cívico-Militar - Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Edição: 225, Seção: 1, Página: 42. Publicado em: 21 de novembro de 2019b.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). 2019c.
- BRASIL. MEC. **Regulamento das Escolas Cívico-militares**. Secretaria de Educação Básica. Subsecretaria de fomento às Escolas Cívico-militares. 2020.
- CASTRO, Nicholas Moreira Borges de. **“Pedagógico” e “disciplinar”**: o militarismo como prática de governo na educação pública do estado de Goiás. [manuscrito]: Castro, Nicholas Moreira Borges de. Orientador Professor Dr. Daniel Schroeter Simião. UnB, Brasília, 2016.
- CURY, Jamil; REIS, Magali; ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. **Base Nacional Comum Curricular**: dilemas e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2018.
- DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A formação e profissionalização do educador**: novos desafios. In: GENTILLI, P.; SILVA, T.T. da, (org.). Escola S.A. Brasília, CNTE, 1996.
- LIBÂNEO, J. C. **O processo de ensino na escola**. São Paulo: Cortez, 1994.
- LIMA, Maria Eliene. **A educação para a cidadania e a militarização para a educação**: [manuscrito]: Maria Eliene Lima. Orientador Professor Dr. Antônio da Silva Menezes Junior. 2018.
- LIMA, Erisevelton Silva; SILVA, Francisco Thiago. **O encontro entre o currículo e a avaliação na coordenação pedagógica da escola**. Brasília: Editora Kiron, 2020.
- ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Professores são importantes**. Atraindo, desenvolvendo e retendo professores eficazes. São Paulo: Coedição Moderna: OCDE, 2006.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. Aproximação ao conceito de currículo. In: SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- SANTOMÉ, Jurjo Torres. Evitando o debate sobre a cultura no sistema educacional: como ser competente sem conhecimento. In SACRISTÁN, José Gimeno. **Educar por competências**: o que há de novo? Porto Alegre: Artmed, 2011.
- SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação** [online], vol.14, n.40, p. 143-155, 2009.
- SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- SILVA, Francisco Thiago; BORGES, Lívia Freitas Fonseca. O cenário da formação de professores no Brasil nos vinte anos da atual LDB. **Debates em Educação**. Maceió. vol. 11, nº. 25. | set./dez. 2019. DOI: 10.28998/2175-6600.2019v11n25p139-154
- UNESCO. **Relatório de monitoramento global de EPT (Educação para todos) 2013/2014**: Ensinar e aprender: alcançar a qualidade para todos. Paris: Edições Unesco, 2014. Relatório conciso. Disponível em: [http://www.op-edu.eu/media/Ensinar\\_e\\_aprender.pdf](http://www.op-edu.eu/media/Ensinar_e_aprender.pdf). Acesso em: 19 abr. 2019.
- UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990.